

Tempo & Argumento

Em que pensam os historiadores ao fazer história comparada?¹

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar as potencialidades da história comparada por meio de discussão historiográfica, delineando possíveis ganhos e desafios da empresa comparativa para a pesquisa histórica. Para tanto, busca-se situar alguns debates em torno do tema e refletir sobre a natureza da história comparada. O principal propósito é alcançar maior discernimento sobre seu estatuto metodológico, bem como analisar as implicações desse fazer historiográfico. Assim, o que se propõe é uma síntese crítica sobre a esparsa literatura que se debruça sobre o problema da comparação em história.

Palavras-chave: História – Método Comparativo. Historiografia.

Gabriela de Lima Grecco

Doutora em História Contemporânea pela Universidad Autónoma de Madrid.
Investigadora e Professora da Universidad Autónoma de Madrid.
Madri - ESPANHA
gabriela.lima@uam.es
orcid.org/0000-0002-7137-5251

Cássio Alan Abreu Albernaz

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).
Porto Alegre, RS - BRASIL
cassioalbernaz@hotmail.com
orcid.org/0000-0002-3494-4080

Para citar este artigo:

Grecco, Gabriela de Lima; ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. Em que pensam os historiadores ao fazer história comparada? **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 28, p. 240 - 260, set./dez. 2019.

DOI: 10.5965/2175180311282019240

<http://dx.doi.org/10.5965/2175180311282019240>

¹ Este trabalho foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no Brasil, e também pela Comunidad de Madrid, na Espanha, por meio das ajudas de Atracción de Talento Investigador, e do apoio e da contribuição do Grupo de Investigación de Historia Social y Cultural Contemporánea (Universidad Autónoma de Madrid [UAM]), além do Proyecto “Intercambios Culturales y Creación de Identidades a través de Fuentes Literarias, Siglos XIX y XX” (MINECO HAR2016-76398-P), dirigido pelas professoras Pilar Toboso e Carmen de la Guardia (UAM), e do Projeto “O Brasil de Vargas em Perspectiva Comparada: Conservadorismo e Corporativismo (1930-1954)”, dirigido por Luciano Aronne de Abreu (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul [PUCRS]).

What do historians think about making comparative history?

Abstract

The aim of this paper is to analyze the potentialities of comparative history through historiographical discussion, outlining possible gains and challenges of the comparative enterprise for historical research. To this end, we seek to situate some debates around the theme and think through the nature of comparative history. The main purpose is to gain greater insight into its methodological status, as well as to analyze the implications of this historiographic making. Thus, what is proposed is a critical synthesis of the sparse literature that addresses the issue of comparison in history.

Keywords: History – Comparative Method. Historiography.

¿Qué piensan los historiadores al hacer historia comparativa?

Abstract

El objetivo de este artículo es analizar las potencialidades de la historia comparativa a través de la discusión historiográfica, delineando los posibles logros y desafíos de la empresa comparativa para la investigación histórica. Con este fin, buscamos situar algunos debates en torno al tema y reflexionar sobre la naturaleza de la historia comparativa. El objetivo principal es obtener una mayor comprensión de su estado metodológico, así como analizar las implicaciones de este hacer historiográfico. Por lo tanto, lo que se propone es una síntesis crítica de la escasa literatura que analiza el problema de la comparación en historia.

Keywords: Historia – Método Comparativo. Historiografía.

Introdução

O título deste artigo esconde uma preocupação de fundo colocada pelos estudiosos que se debruçam sobre a consciência da pesquisa histórica que se pretende comparativa. Se o que os historiadores almejam é uma compreensão do passado, mesmo que não objetiva e sempre problematizada a partir de seu presente, e para tal intento existe todo um instrumental heurístico – com diferenciados métodos, campos e abordagens já consolidados dentro da disciplina –, logo, é possível questionar:

- Quais seriam os ganhos provenientes da comparação para a pesquisa histórica?
- Afinal, em que pensam os historiadores ao fazer história comparada?²

² O título deste artigo é uma paráfrase que remete ao texto “Em que pensam os historiadores?”, presente em Boutier e Julia (1998, p. 21-63).

O objetivo deste estudo é analisar as potencialidades da história comparada por meio de discussão historiográfica, delineando possíveis ganhos e desafios da empresa comparativa para a pesquisa histórica. Para tanto, busca-se situar alguns debates em torno do tema e refletir sobre a natureza da história comparada. Assim, o que se propõe é uma síntese crítica sobre a esparsa literatura que se debruçou sobre o problema da comparação em história.

Para atingir tal objetivo, parte-se de trabalhos que refletiram sobre a comparação em história, mas também se almeja contrastar com reflexões em torno do método histórico-comparativo para as ciências sociais, de forma mais ampla³. Esse contraste se justifica pelo fato desse debate teórico e metodológico ser mais consolidado nas ciências sociais, o que possibilita melhor reflexão sobre o caso específico da história⁴.

Como já alertava Marc Bloch (1998, p.119), “a expressão história comparada, que hoje é corrente, teve o destino de quase todas as expressões habituais: os desvios de sentido”; assim, o intuito desse exercício é captar o que é próprio à comparação na história. Obviamente, não se tem a pretensão de esgotar a discussão nem de chegar a conclusões peremptórias, mas sim perscrutar alguns caminhos da história comparada e delinear seus reflexos sobre a produção historiográfica.

³ Cabe advertir que essa diferenciação entre a comparação na história e nas ciências sociais, assim como referido, não é tão evidente, sendo válido mais para fins de exposição dos argumentos aqui desenvolvidos, pois essas noções divergem a partir de diferentes posturas teóricas, tanto nas ciências sociais quanto na história. Sempre que esse texto se refere às “ciências sociais”, na verdade está se referindo criticamente a determinada postura e concepção de ciência assumida pelas disciplinas que a compõem quando buscam aproximar-se da noção de cientificidade das ciências exatas. Portanto, o método histórico-comparativo, como pensado por determinada corrente das ciências sociais, afasta-se das preocupações da história comparada. Entretanto, em um caminho diferente, e aproximando-se da história comparada, Charles Ragin (2007) adverte sobre a sistematização do método histórico-comparativo para as ciências sociais, porque para o autor o método deve ser sempre contextual e interpretativo.

⁴ Nas ciências sociais, a comparação constitui o fundamento de subdisciplinas (Política comparada, Sociologia comparada, Antropologia comparada). Cabe lembrar, também, que as ciências sociais estruturaram uma parte relevante de sua produção, especialmente nos anos 1960 e 70, a partir do método comparativo. Autores clássicos que fundam o pensamento das ciências sociais já se debruçavam sobre esse viés. Assim, Karl Marx, Émile Durkheim, Max Weber e Alexis de Tocqueville já utilizavam da comparação como método para busca de relações causais, a fim de produzir generalizações com alguma validade. No caso da historiografia, a referência inicial para debater a comparação em história são os trabalhos fundadores de Henri Pirenne e Marc Bloch. Nesse sentido, ver: Pirenne (1923) e Bloch (1930, 1963).

História comparada: considerações iniciais para um debate

A prática historiográfica, assim como toda prática científica, tem em sua essência uma natureza comparativa, pois consciente ou inconscientemente, por contrastes ou por paralelos, os historiadores têm na comparação um importante aporte para gerar inferências sobre o passado histórico⁵. Entretanto, inicialmente, cabe advertir que a comparação histórica não deve ser fortuita e que nem toda produção que lança mão da comparação histórica é necessariamente história comparada⁶.

Em uma avaliação de conjunto da produção historiográfica, pode-se notar que muitos trabalhos se tratam mais de justaposições de análises monográficas do que tentativas de síntese mais aprofundadas. Um indicativo desse fato pode ser percebido nos sumários de livros que se inscrevem como história comparada, já que cada capítulo é uma monografia isolada, um caso isolado. Ao ler esses trabalhos fica ainda mais explícita a falta de uma orientação comum, de uma problemática comum e de uma análise conjunta dos casos⁷.

Nesse sentido, é importante ressaltar as advertências colocadas por Giovanni Sartori (1994) sobre a natureza de uma investigação que se debruça sobre a comparação. O autor chama atenção para o fato de que as comparações podem ser implícitas e explícitas e que a comparação implícita não deve significar, necessariamente, inconsciência da prática comparativa. O mesmo pode ser inferido para as comparações explícitas, apenas afirmar que o trabalho é uma comparação por conter mais de um caso

⁵ O historiador Paul Veyne (1983, 1998) considera que toda história é história comparada, pois ao pensar um fenômeno, mobilizando um conceito, volta a caracterizar a especificidade desse fenômeno a época estudada comparada a um fenômeno similar de outra época. Como sugere Cécile Vigour (2005, p. 52), sobre a comparação em história, “mesmo se o termo é raramente empregado, o método comparativo entendido em sentido estreito é o fundamento do trabalho do historiador, porque ele procede cruzando fontes diferentes”.

⁶ A esse respeito, ver Barros (2007); para esse autor, a história comparada é um campo historiográfico específico, para o qual confluem simultaneamente uma abordagem apoiada no *comparativismo histórico* e um campo de observação concernente a dois objetos ou mais estudados de modo comparativo. Entretanto, o que difere essa abordagem comparativa do método histórico-comparativo das ciências sociais? O que há de próprio à história comparada para ser definida como um *campo historiográfico específico*? Pelo exposto ao longo deste artigo, concorda-se com o autor quando se refere à história comparada como uma abordagem que *instiga o fazer historiográfico a repensar a própria ciência histórica*. Entretanto, ao contrário do autor, aqui, não se entende que diante de uma pesquisa que vise somente a *conciliar uma reflexão simultaneamente atenta às semelhanças e às diferenças* se esteja, necessariamente, diante de uma história comparada.

⁷ Como exemplo recente dessa prática, ver Fausto e Devoto (2004).

não garante o sucesso da prática comparativa como uma história comparada. Assim, a advertência de Sartori (1994) ganha relevante significado quando se particulariza para o caso da história e quando se reflete na consciência da produção histórica que se pretende comparativa.

Mais especificamente no campo historiográfico, Marc Bloch defende a ideia de que há algo próprio à história comparada que a diferencia dos demais campos historiográficos; cabe indagar: o que seria então? A resposta, segundo Bloch (1998), seria o engendrar de um método específico: o método histórico-comparativo. Assim, para Bloch (1998) a diluição da inconsciência da prática comparativa se dá pela aplicação do método.

Como apontam diversos estudos, o desenvolvimento do método comparativo, e sua racionalidade, encontram a linguística como um ponto inicial, sobretudo a linguística comparada (KOCKA, 2003; COHEN; O'CONNOR, 2004; VIGOUR, 2005; HAUPT, 2007). Posteriormente, o estudo das civilizações primitivas se apresentou como campo fértil para comparações. Segundo Bloch (1998, p. 111), “a facilidade dos fatos observados facilitou o emprego do método”. Hoje, entretanto, o método comparativo se alarga, indubitavelmente, para fenômenos humanos e sociais cada vez mais complexos, dando origem a toda uma literatura comparada – com esforços na política, no direito, na economia, na linguística e análises comparadas das estruturas sociais – que busca definir o método com maior rigor.

Segundo Bloch (1998, p. 111), para os historiadores, a ideia sugerida pelo método comparativo, em seu sentido amplo,

[...] é de diferença entre sistemas sociais, ou ainda, de um método de falseabilidade dos documentos, relatos, e acontecimentos do passado. Isso seria fruto de uma operação mental que a linguagem chama de comparação.

Nesse sentido, para o autor a comparação de fenômenos tomados de conjuntos diferentes deve apresentar analogias quanto à natureza para ter sentido. Portanto, para Bloch (1998, p. 114), praticar o método comparativo – em ciências humanas – é “procurar, para explicar, as semelhanças e diferenças patenteadas por séries de natureza análogas, tiradas de meios sociais diferentes”.

Marc Bloch (1998) menciona como exemplos de possibilidades de ganhos da comparação histórica: a) sugestão de pesquisa: a comparação incita a descobrir certos fenômenos e seus efeitos mais ou menos aparentes e decisivos, e outros mais ou menos visíveis; b) explicação das sobrevivências, interpolação das curvas: a interpolação de curvas por analogia ajuda a encontrar diversos elementos das séries evolutivas (continuidades) que as insuficiências de nosso conhecimento faziam parecer descontínuas; c) busca das influências: a comparação pode explicitar algumas regras de prudência, por exemplo, as coincidências fortuitas, e a rejeição de falsas concordâncias; d) filiação: a busca da genealogia dos fenômenos sociais; e) semelhanças e diferenças do desenvolvimento: a busca das causas, ou o sentido da causalidade, ajudando a eliminar falsas relações causais. Para Marc Bloch, talvez a percepção das diferenças seja, afinal de contas, o objeto mais importante do método histórico-comparativo, pois propicia a mensuração da originalidade dos sistemas sociais, possibilitando uma classificação e uma penetração mais profunda em sua natureza⁸.

Apesar do esforço de Bloch (1998), não há um consenso sobre o que a comparação significa para os historiadores. O autor a cunhou como um método capaz, como outros métodos científicos, de produzir resultados para verificação e falsificação. Entretanto, nem aqueles que seguem Bloch têm tanta certeza, pois se um método requer uma boa definição das práticas estabelecidas, a maioria dos historiadores comparativos parece não ser tão sistemática ao qualificar o “método” ou, como Raymond Grew (1985, p. 94-95) aponta, “não há um método diferente de comparação na prática dos historiadores”.

Tal dificuldade de afirmação de um consenso sobre a explicitação do método pode estar relacionada à própria natureza da história como modo distinto de conhecimento⁹, o que se reflete na escassez de trabalhos que adotam a comparação histórica como ponto de partida para problematizar um objeto em estudo. Nesse sentido, a empresa

⁸ Dessa forma, o autor parece ser influenciado por uma variante da formulação clássica de John Stuart Mill do método das semelhanças e das diferenças, tão cara às ciências sociais de influência durkheimiana. Cabe ressaltar que uma das propostas dos *Annales* era uma maior aproximação da história com as ciências sociais, especialmente com a matriz durkheimiana, visando a maior rigor científico, o que levava a história, inevitavelmente, a algum grau mais elevado de generalização.

⁹ Essa abordagem delinea os contornos da história ressaltando sua potencialidade como conhecimento. Nesse sentido, ver Oakeshott (2003).

comparativa em história torna evidente algumas tensões de ordem epistemológica e metodológica que se refletem na resistência dos historiadores ao adotarem a comparação como um caminho para considerar um problema.

Pode-se apontar, dentre essas resistências, que a história, ainda com seus resquícios rankianos, enfatiza a singularidade do sujeito histórico explicando seu desenvolvimento por meio da narrativa, enquanto comparações têm sido frequentemente um passo para generalizações, estando mais ligadas às ciências sociais. Portanto, há certa aversão dos historiadores às generalizações, porque as veem como inerentemente falsas para captar as particularidades do passado. Como afirma Baldwin (2004, p. 3), “historiadores rejeitam o princípio de Occam da parcimônia”, e “nós ainda somos historiadores no senso Rankiano, olhando para o passado como único e explicável na sua particularidade”.

Por outro lado, a questão dos arquivos, tão cara aos historiadores, parece ser confrontada, já que se pode prejudicar a profundidade da pesquisa empírica. As questões levantadas aqui são bem pragmáticas:

- Como desenvolver uma pesquisa de história comparada?
- Quais são as fontes?
- Como ter acesso às fontes?
- Como controlar os dados?

Ou seja, tal preocupação demanda uma estrutura ampla de pesquisa, recursos materiais e controle de vasta literatura, o que nem sempre é possível. É claro que a avaliação das possibilidades de pesquisa é um pré-requisito fundamental para qualquer pesquisa histórica ser exequível, seja ela comparada ou não. O que se coloca aqui é que a ideia de história comparada suscita a ampliação de um objeto de pesquisa e nesse procedimento se deve ter em conta o aumento do número de fontes e de variáveis, o que dificulta seu controle.

Entretanto, se a comparação oferece riscos e dificuldades, ela também proporciona possibilidades. Como a literatura especializada aponta, a história comparada pode ser instrumento para questionar as coincidências fortuitas e elucidar os fatores determinantes para a ocorrência de eventos históricos. Ou ainda, como colocam Cohen e

O'Connor (2004, p. XVI), “a análise comparativa ajuda os historiadores a identificar e determinar a saliência (maior ou menor) da variedade de diferentes fatores, e mostrar como tais fatores combinam para produzir frequentemente resultados singulares e não esperados”.

A história comparada oferece, também, a possibilidade da historiografia ampliar seus recortes para além das fronteiras nacionais e enfatizar conexões culturais e sociais. Assim, os ganhos da história comparada vão além da comparação entre nações e das diferenças nacionais. Como coloca Nancy Green (apud COHEN; O'CONNOR, 2004, p. XVII), “a comparação não precisa se confinar ao nível nacional, e nem ignorar as similaridades entre as nações”. E ainda, “a comparação oferece um poderoso instrumento para quebrar as monolíticas e blindadas narrativas nacionais relativizando sua rigidez e ajudando a compreender sua construção”. Apesar das advertências levantadas por Nancy Green, os historiadores são notoriamente resistentes às comparações. Mesmo ao concordarem com as direções, aberturas de campos de investigação e reflexões de cunho teórico e epistemológico, a profissão permanece organizada, e sua produção engessada, pelo campo nacional.

Essa orientação reflete não apenas o fato da importância do processo histórico ter lugar dentro das fronteiras dos Estados nacionais, mas também de que historiadores estão eles próprios ligados, quase que exclusivamente, às suas discussões nacionais. Assim, um dos possíveis ganhos assinalados pela história comparada seria o questionamento das unidades de estudo, pois, embora as comparações nacionais dominem a pesquisa sobre o passado, é possível, e até desejável, ver mais variações como indicadas pela *histoire croisée* e pela *transfer history*¹⁰. Segundo Peter Baldwin (2004, p. 11),

¹⁰ A *transfer history* tem por foco a inter-relação entre duas unidades, ou seja, nações, regiões, cidades ou instituições etc. Já a *histoire croisée* tem por objetivo relativizar o significado do Estado-nação. Exponentes da *transfer history* e da *histoire croisée* acusam a história comparada de privilegiar o Estado-nação e, então, sempre confirmar o significado nacional. Assim, a crítica reside no fato de que a história comparada tende a aceitar a própria autorrepresentação nacional sem um exame crítico. Essa crítica nos parece não pertinente, pois a história comparada é um exercício de questionar a limitação nacional da prática historiográfica, rompendo os discursos monolíticos, criando possibilidades de variações sobre abordagens e unidades de estudo e, ainda, rompendo com o que Marc Bloch denominava *nominalismo diferencial*, ou seja, homônimos conceituais aplicados em diferentes contextos ou o uso frouxo de expressões que podem enganar ao se acreditar que significam a mesma coisa em diferentes contextos.

[...] a mais efetiva história comparada é aquela que, desprezando a generalização, formula argumentos de médio alcance sobre diferenças e semelhanças entre a variedade de casos que nos permite uma compreensão geral de um assunto melhor do que limitarmos nosso escopo para um país apenas. No mínimo, uma boa história comparada deveria nos dar *insights* para cada caso particular que poderiam ter permanecido não revelados se estudados isoladamente. São justapostos em ordem para isolar o que é crucial, o que é causal, e distinguir do que é apenas incidental em dado contexto nacional.

Na história comparada, o método das semelhanças e das diferenças pode tornar-se um laboratório de condições e falseabilidade em que a comparação passa a ser como um “experimento histórico”. Entretanto, esse “experimento” não pode ser entendido como meramente o somatório ou uma série de casos para exemplificar leis gerais. Nesse ponto reside uma das restrições dos historiadores quanto ao método histórico-comparativo, como aplicado nas ciências sociais, sobretudo no que diz respeito ao procedimento de isolar variáveis ao invés de delinear casos.

É importante distinguir a ambição dos historiadores daquela dos cientistas sociais para desfazer possíveis enganos sobre a história comparada e o método histórico-comparativo. Primeiro, estudar a história de mais de um objeto não implica, necessariamente, uma comparação, assim como fazer história comparada não significa, necessariamente, generalizar.

Dessa forma, o que se procura sugerir aqui é que, nas ciências sociais, o método histórico-comparativo tem por finalidade contextualizar teorias e generalizações que têm explicações apoiadas em causas complexas. Ou seja, as ciências sociais por meio da comparação histórica procuram nas contingências históricas sustentar generalizações (de médio e largo alcance), buscando maior parcimônia diante das conhecidas dificuldades da multicausalidade e seu controle pelo método estatístico¹¹. A crítica direcionada pelos historiadores reside no tratamento dado à questão espaço-temporal e às suas possíveis implicações e dificuldades, tais como anacronismos, analogias forçadas, generalizações indevidas, falta de conhecimento profundo de contextos heterogêneos, entre outros. Em contrapartida, a história comparada tem por finalidade dar conta de uma problemática

¹¹ Sabe-se que o método estatístico apresenta melhores resultados quanto maior for o número de casos (n) estudados. A esse respeito, ver Agresti e Finlay (2012) e .Babbie (2003).

inicial que perpassa a pesquisa, visando a compreender e explicar a singularidade do passado histórico, a partir da comparação. Dito novamente de outra forma, na história comparada, a comparação é uma *chave* para compreender e explicar o passado em sua irredutibilidade, logo que é problematizada no presente do historiador.

Por que e como historiadores “deveriam” comparar? Ou por que se compara tão pouco?

As perguntas que orientam esse ponto partem de origens diferentes. A questão “por que ou como comparar?” tem um fundo metodológico. De outra forma, a questão “por que se compara tão pouco?” se refere à natureza e aos propósitos da história como campo específico do conhecimento.

A reflexão “por que comparar?” já foi colocada em diversos trabalhos das ciências sociais e da história que se ocuparam com os problemas da comparação. Para Sartori, “comparações têm por função controlar – elas controlam – (verificam ou inferem) se as generalizações restam válidas ou não, para todos os casos aos quais elas se aplicam” (SARTORI, 1994, p. 18-19). Para Marc Bloch (1998), a comparação é um método de controle de hipóteses. Em outro sentido, segundo Przeworski e Teune (1970, p.12-153), “existe um consenso sobre o fato de que a pesquisa comparativa não consiste em comparar, mas explicar”. Já Ragin, (ao refletir sobre o método histórico-comparativo, sustenta que o conhecimento comparativo “fornece a chave da compreensão, da explicação e da interpretação”. (RAGIN apud SARTORI, 1994, p. 19-23),

Assim, pode-se identificar na literatura dois conjuntos de argumentos favoráveis, e complementares, ao processo histórico-comparativo. No primeiro, a comparação é uma chave de controle sobre as hipóteses formuladas; no segundo, a comparação é uma chave explicativa e interpretativa. Ou, ainda,

[...] quando se afrontam aspectos centrais do processo cognitivo, como a elaboração de novas hipóteses de investigação e a explicação de um fenômeno determinado, a comparação nos permite alcançar resultados de grande relevância. Se a elaboração de hipóteses também é possível recorrendo a outros métodos, o que melhor caracteriza a comparação é a possibilidade de controlar a hipótese formulada (MORLINO; SARTORI, 1994, p. 14).

Já que *a priori* quase todas as hipóteses são plausíveis e precisam ser refutadas, então, o controle de outros casos serve como apoio empírico de falseabilidade que sugerirá quais hipóteses são mais adequadas. Segundo Sartori, “comparar serve para aprender experiências dos outros, para ter termos de parâmetros, para explicar melhor, e por outros motivos. Mas a razão que nos obriga a comparar é o controle” (SARTORI apud MORLINO; SARTORI, 1994, p. 32). Ainda no que diz respeito ao controle de hipóteses, Collier afirma que “a comparação aguça nossa capacidade de descrição e resulta num precioso estímulo para a formação de conceitos. Proporciona-nos os critérios para submeter à verificação de hipóteses e a construção de teorias” (COLLIER apud MORLINO; SARTORI, 1994, p. 51).

De qualquer forma, parece mesmo que controle pode ser um objetivo da empresa comparativa quando se trata tanto de história quanto de ciências sociais, haja vista a impossibilidade de experimentação dos fenômenos sócio-históricos. Assim, a comparação pode ser entendida como uma resposta das ciências humanas para substituir o experimento das ciências naturais, visando a emprestar maior cientificidade aos seus resultados.

Para Nancy Green, a escolha da perspectiva comparativa (implícita ou explícita) implica nas variáveis pesquisadas. A perspectiva adotada, e cuja comparação é escolhida, implica nas respostas. Se o resultado de uma pesquisa é oriundo de comparações implícitas, a pergunta que se deve fazer é: “quais são suas unidades de observação?” (GREEN, 1990, p. 1337). Assim, o projeto de história comparada, como apontado por Nancy Green, implica três opções: a) o fenômeno a explicar; b) as unidades de observação; e c) o nível pertinente de análise. A autora chama a atenção para a ideia de que as unidades comparadas e o nível de análise empregada devem ser igualmente explicitados e explicados (GREEN, 1990).

Portanto, a escolha das unidades de observação é importante porque se o sujeito da pesquisa é uma constante, são as unidades observadas que fornecem as variáveis explicativas. As unidades de observação dependem do problema posto, podendo ser espaciais e temporais, mas também podem ser famílias, grupos políticos, associações, processos históricos. Assim, comparar pressupõe a escolha de unidades de análise, o que

privilegia se a pesquisa é do universal ou do particular. Comparar é uma forma específica de propor e pensar questões, de integrar uma reflexão sobre as similitudes de um nível de análise e suas especificidades.

Reforçando mais as críticas em relação à inconsciência comparativa, afirma Haupt (2007, p. 1), “sem a comparação, os estudos históricos quase não podem se mover. Entretanto, este tipo de comparação é, na maioria das vezes, implícita, guiada pelo senso comum, não sendo integrada por uma operação metodológica consciente”. Cabe lembrar, segundo Kaeble (1995), que, para o caso da história, todos falam da comparação, mas ninguém a faz, principalmente de modo consciente, explicitando o método, as unidades de observação, partindo de uma problemática comum. Como aponta Vigour (2005, p. 54), “se a história comparada, entendida como comparação sistemática e explícita, é valorizada no discurso, na prática, sua realização continua rara”.

Então, cabe a pergunta:

- Porque se compara tão pouco?

Um dos principais argumentos para essa questão, segundo Panebianco), tem como pano de fundo as divisões da comunidade científica internacional e a disputa entre paradigmas científicos. O autor se refere à divisão entre ideográficos empiristas, teóricos e comparativistas¹².

O problema que se pode levantar para “por que se compara tão pouco?”, em história, tem a ver com um ganho auferido pela comparação, mas que também pode explicar seu pouco uso: a superação de uma narrativa linear e diacrônica. Decerto, esse choque entre a história comparada e a história narrativa mexe com uma das

¹² Segundo Panebianco (apud MORLINO; SARTORI, 1994, p. 81-83), os ideográficos empiristas não têm nenhum interesse pela construção de um corpo teórico generalizante, advogando uma atividade estritamente descritivo-interpretativa de singulares fenômenos delimitados no espaço e no tempo. Para eles, os objetos indagados são interessantes por si e não pela contribuição que podem dar à elaboração e refutação de teorias científicas. Os teóricos estão interessados em fazer progredir exclusivamente a teoria. Assim, geralmente não submetem suas teorias ao exame empírico. O mais comum é que utilizem exemplos empíricos que servem de ilustração das teorias. Os comparativistas ficam na metade do caminho entre os teóricos e os ideográficos podendo, então, ser o elo entre ambos. Entretanto, ideográficos e teóricos representam a quase totalidade dos historiadores e dos cientistas sociais, logo, essas categorias estão densamente povoadas, restando aos comparativistas uma categoria quase residual.

características mais nucleares da história, que é a narratividade, o que pode gerar certa “resistência” à comparação.

Voltando à pergunta “por que comparar?”, ela implica outra questão: “o que é uma explicação aceitável em história?”. Assim, o potencial heurístico da comparação em história depende dessa noção e do que a comparação ajuda para compreender o passado histórico. De alguma forma, explicações buscam mecanismos causais; entretanto, deve-se ter cuidado com uma concepção determinística de causalidade, já que as explicações podem identificar só alguns aspectos (nunca todos) da complexa engrenagem causal do fenômeno histórico que se examina.

O potencial heurístico da história comparada: ganhos e limites da abordagem

A partir do exposto, fica evidente que a complexidade parece ser mesmo uma marca indelével da história comparada. Segundo Slatta (2003, p. 8-13),

[...] a comparação pode criar uma consciência de alternativas, mostrando desenvolvimentos significativos que sem a perspectiva comparada poderiam não aparecer; os pesquisadores explicam as diferenças históricas ou peculiaridades, pesando e eventualmente isolando variáveis responsáveis pelas condições particulares [...] e historiadores procuram reconhecer padrões comuns e fazer generalizações históricas; e, de fato, isso só é pensável através da comparação.

Na perspectiva de Slatta (2003), a história comparada possibilita a consciência de alternativas e o reconhecimento de variáveis que dão suporte ao historiador para afirmar peculiaridades e singularidades ou para reconhecer padrões que levam a recorrências e generalizações, possibilitando uma análise com maior grau de complexidade.

Para Kocka (2003), a história comparada visa a atingir quatro propósitos: a) heurístico; b) descritivo; c) analítico; e d) paradigmático. O propósito *heurístico* permite identificar questões e problemas que poderiam passar despercebidos, negligenciados ou simplesmente não elaborados de outra maneira. No propósito *descritivo*, a comparação ajuda a esclarecer os perfis de casos individuais, contrastando-os com outros. O propósito *analítico* é indispensável para estabelecer perguntas e respostas causais. E o propósito

paradigmático ajuda a se distanciar do caso que lhe é mais familiar, promovendo uma “desprovincialização” (KOCKA, 2003).

Uma das características próprias da histórica comparada é a flexibilidade. Como coloca Haupt (2007, p. 4),

[...] ela consiste em olhar além da estrutura nacional situando problemas específicos, em dois contextos diferentes, que são ligados por uma problemática comum [...]. Na comparação, historiadores tentam melhor caracterizar dois fenômenos olhando para semelhanças e diferenças numa análise causal.

Tal flexibilidade apontada por Haupt (2007) traz importantes ganhos para a análise histórica ao superar a barreira analítica do prisma nacional, abrindo a comparação a contextos nacionais diferentes por meio de uma problemática comum, ressaltando tanto peculiaridades como similitudes do fenômeno analisado e dando suporte às inferências resultante da análise.

Marc Bloch ressalta a necessidade de esforços para definir um método histórico-comparativo com algum rigor. O autor faz questão de permanecer concentrado na defesa de um comparativismo baseado em analogias que, somente a partir das particulares e configurações específicas, fazem emergir as diferenças e complementaridades. Entretanto, Jacques Le Goff, ao prefaciar a obra de Marc Bloch (1993), *Os reis taumaturgos*, salienta os limites e, de alguma forma, a prudência do “comparativismo blochiano”:

[...] o comparatismo de Marc Bloch é essencialmente um pouco tímido, parece-me; isso porque ele não dispunha de teorias e de métodos que lhe permitissem ir mais longe sem abandonar as regras de prudência e as exigências de historicidade necessárias à reflexão histórica (LE GOFF, 1993, p. 33).

Dessa forma, é possível inferir que essa prudência blochiana ainda influencia as perspectivas sobre a história comparada, reservando seu uso a situações bastante pontuais, principalmente aos estudos de caso vistos pela perspectiva nacional, como ressalta Moraes (2009).

Dentre as críticas direcionadas à história comparada, as mais contundentes partem de Michel Espagne (1994) e de Marcel Detienne (2004). Ambos apontam o caráter circular nacional da história comparada. Os autores argumentam que a comparação está ligada ao Estado nacional e é usada, muitas vezes, de modo assimétrico, para afirmar as especificidades e os estereótipos nacionais (ESPAGNE, 1994; DATIENNE, 2004).

Para alguns casos, a noção de “nação” permanece como uma unidade para pensar a comparação. Ela continua sendo uma importante unidade de comparação; decerto, não a única. Como afirma Haupt (2007, p. 18), “recentemente, a pesquisa comparativa tem demonstrado que é muito mais flexível e criativa tratando de diferentes unidades de comparação mais do que a ampla crítica do viés nacional tem afirmado”. Como apontam os autores, a história comparada deve romper com a tendência dos historiadores para o paroquialismo, apresentando-se como um caminho para superar a limitação de uma historiografia nacionalista. Ou, ainda, como afirma Kocka (2003, p. 41), “a comparação ajuda a tornar o clima da pesquisa menos provinciano”.

Para seu sucesso, a história comparada depende da construção do projeto e de sua problematização, devendo ser claramente formulada, lançando hipóteses, indicando critérios sobre a escolha dos casos estudados e sobre as unidades de análise, desenvolvendo a lógica da comparação e discutindo causalidades. Assim, a principal ênfase da comparação é a problemática que guia a pesquisa e a narrativa.

Mariuccia Salvati chama atenção para uma importante distinção entre *abordagem* e *método* comparativo. Segundo a autora,

[...] a abordagem comparativa se apoia sobre uma problemática de comparação, não consistindo simplesmente em confrontar dois “universos” vizinhos no espaço que tenham percursos históricos comuns. Ela representa, sobretudo, uma modalidade de “explicação”: é a elucidação, por intermédio de exemplos, de um percurso tendo valor demonstrativo, é a busca de um princípio explicativo ou causal das mudanças sociais (SALVATI, 1996, p. 154).

Essa distinção salientada por Salvati (1996) é importante não só na medida em que situa o papel heurístico da história comparada, ou seja, a explicação, como a situa não como um método, como pretendido por Marc Bloch, mas como uma abordagem de pesquisa.

Outra ideia importante é a da história comparada como uma contra-história nacional e como uma história contraparamétrica. Segundo Salvati (1996, p. 155),

[...] a função da comparação é de discutir as teses que conformam a historiografia hegemônica de um dado país, [...] a abordagem comparativa se situa quase sempre num clima de oposição à cultura dominante se tornando uma espécie de contra-história nacional. A história da pesquisa comparativa é assim de um contraparamétrica e dos pontos de apoio teóricos e históricos, sendo a oposição ao paradigma dominante sua característica principal.

Se a comparação se mostra um meio de renovar as abordagens anteriores, sua força reside, também, em constituir uma ferramenta privilegiada de interrogação histórica. Como afirmam Nadau e Kott (1994, p. 109), “ela sublinha a dificuldade de captar o objeto histórico” e “o trabalho sobre as fontes constitui uma primeira experiência desta dificuldade. Pois, toda pesquisa comparativa se sustenta sobre a heterogeneidade”. Ainda nesse sentido, afirmam Nadau e Kott (1994, p. 107) que “a comparação aparece menos como um instrumento de conhecimento e de compreensão geral do que uma chave que abre domínios de estudos específicos. O recurso à comparação permite abrir novos territórios de estudos ao historiador”.

Dessa forma, o potencial heurístico da história comparada se encontra em mais do que somente explicar um dado fenômeno histórico, também visa a abrir novos caminhos e incitar novas questões. Portanto, a história comparada é uma perspectiva de abordagem que ajuda a desenvolver a sensibilidade para diferentes dimensões e abre o diálogo entre o autor e o material de pesquisa, assim como entre diferentes culturas acadêmicas (HAUPT, 2007). A comparação ajuda a romper o empirismo ingênuo, que rejeita uma explicação lógica, em favor da atenção fetichista dos fatos.

Considerações finais: “... mais que um método, uma perspectiva...”

Primeiramente, é importante frisar que não existe uma lógica de comparação própria à história comparada ou às ciências sociais. E tampouco existem opções e decisões próprias que cada uma deva assumir, pois a história comparada tem laços estreitos com as diferentes disciplinas que buscam dar conta dos fenômenos históricos e

sociais. Entretanto, apesar da prática comparativa ser utilizada em todas as disciplinas das ciências sociais e na história, não significa que é feita com os mesmos objetivos nem com o mesmo “método”. Nesse sentido, não parece existir uma lógica própria à pesquisa comparativa para todas as ciências sociais, como pretendem sugerir alguns autores¹³.

Igualmente, cabe ressaltar que as contribuições da comparação à análise histórica não se diferenciam das contribuições nas ciências sociais. Ou seja, a comparação ajuda a levantar novas questões, a contribuir para melhor definição do problema de pesquisa, a escolher os métodos de pesquisa e a testar hipóteses e teorias. Assim, longe de ser somente um método, a história comparada é uma estratégia de abordagem e de pesquisa, uma perspectiva, que permeia todo o processo, da definição da problemática à escolha do campo de análise, passando pela construção dos dados, pela análise, e pela explicação, que passa a ter valor de narrativa. Desse modo, constitui uma relação específica de abordagem do objeto histórico que não pode ser redutível a um método fechado ou a escolhas teóricas apriorísticas.

Apesar de uma mudança gradual no cenário, há uma ausência de reflexões sistemáticas sobre a comparação na história. Essa ausência é sintomática, não só pela dificuldade de empreender uma pesquisa de história comparada, como também por haver poucas e esparsas reflexões sobre esse método, o que retroalimenta a escassez de pesquisas que lancem mão dessa abordagem. No entanto, consideramos que trabalhar com a história comparada de dois contextos diferentes (especialmente de regiões localizadas, por uma parte, no centro e, por outra, na periferia) é uma oportunidade de realizar pesquisas mais críticas, de efeito “desprovincializador”, ao mesmo tempo que proporciona um diálogo muito produtivo entre bibliografias e fontes de naturezas distintas e de espaços geográficos distantes.

Assim, o que se sugere aqui é que a história comparada é uma consistente proposta de abordagem que permite aos historiadores um exercício de diversificação de seus olhares sobre os objetos de pesquisa, indicando outros caminhos de racionalização nem sempre habituais, que permitam redefinir suas práticas. A história comparada pode

¹³ Estudos que buscam uma lógica própria para a pesquisa comparativa aparecem, sobretudo, em algumas vertentes quantitativas das ciências sociais, como debatem Morlino e Sartori (1994) e Ragin (2007).

ser entendida como uma perspectiva historiográfica que possibilita dar respostas originais às suas indagações. É, ademais, uma perspectiva historiográfica que chama a atenção dos historiadores para estabelecerem uma agenda investigadora crítica ao nacionalismo epistêmico, o que contribui enormemente ao rejuvenescimento da disciplina histórica.

Como coloca José D'Assunção Barros (2007, p. 2),

[...] a história comparada sempre se mostra como um insistente convite para que o historiador repense a própria ciência histórica em seus dois fazeres mais irredutíveis e fundamentais – de um lado, o “estabelecimento do recorte”, e, de outro lado, o seu modo de tratamento sistematizado das fontes e dos dados e processos investigados.

Assim, parece mesmo que a força da história comparada reside na capacidade de abrir novas perspectivas de análise e, principalmente, aguçar a capacidade crítica. Como afirma Haupt (2007, p. 22),

[...] a história comparada permanece como um importante campo da escrita e da pesquisa histórica porque ela é mais do que uma história transnacional; ela é uma “história problema” guiada por reflexões teóricas e apoiada na crítica e avaliação permanente das unidades, categorias e resultados dos estudos.

Ao proceder à desconstrução de antigas categorias de análise e ao reconstruir novas unidades, fica nítido que o aspecto conceitual é muito relevante para a história comparada. Logo, classificar corretamente e identificar variações empíricas dos fenômenos em diferentes realidades mostra como o uso da abstração é crucial para a empresa comparativa.

Mas, então, em que realmente pensam os historiadores ao fazer história comparada? Pensam em buscar novos e amplos olhares sobre o passado histórico, conectar problemas, estabelecer filiações, perceber diferentes causas e identificar fenômenos de amplitudes, muitas vezes, globais (ou, pelo menos, além das fronteiras de um único país ou região). Assim, pode-se afirmar que a história comparada é muito mais do que um método fechado, com determinadas normas para sua execução. Ela é, sim, uma forma de “ver” e de “fazer” a história, mas sem nenhuma implicação disciplinar em

especial. Não constitui um campo específico nem advoga uma teoria, ou metodologia, inovadora. Contudo, ela propõe um desenho diferenciado de pesquisa que suscita novas questões e que pode conduzir à elaboração de pesquisas críticas e de análises de espaços diversificados desde uma visão integradora do mundo. Além disso, podemos afirmar que a história comparada é um antecedente das outras perspectivas vizinhas, como a história transnacional e a história global, que representam as novas maneiras de historiar o passado por meio de um *giro espacial*; ou seja, de ampliação do olhar do historiador.

Referências

- AGRESTI, Alan; FINLAY, Barbara. **Métodos estatísticos para as ciências sociais**. 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
- BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- BALDWIN, Peter. Comparing and generalizing: Why all History is comparative, yet no history is sociology. In: COHEN, Deborah ; O'CONNOR, Maura. *Comparison and History: Europe in cross-national perspective*. New York: Routledge, 2004.
- BARROS, José D'Assunção. História comparada: um novo modo de ver e fazer história. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-30, 2007.
- BLOCH, Marc. Comparaison. **Bulletin du Centre International de Synthèse**, Paris, n. 9, p. 17-35, 1930.
- BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. In: _____. **Melanges historiques**. Paris: [s.n.], 1963. p. 15-50.
- BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**: o caráter sobrenatural do poder régio – França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BLOCH, Marc. Para uma história comparada das sociedades europeias. In: _____. **HISTÓRIA e historiadores: textos reunidos por Étienne Bloch**. Lisboa: Teorema, 1998. p. 119-150.
- BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Org.). **Passados recompostos**: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1998.

COHEN, Deborah; O'CONNOR, Maura. **Comparison and History: Europe in cross-national perspective.** New York: Routledge, 2004.

DETIENNE, Marcel. **Comparar o incomparável.** São Paulo: Ideias & Letras, 2004.

ESPAGNE, Michel. Sur les limites du comparativisme em histoire culturelle. **Gèneses: Sciences Sociales et Histoire**, Paris, v. 17, p. 256-279, 1994.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002).** São Paulo: Ed. 34, 2004.

GREEN, Nancy L. L'histoire comparative et le champ des études migratoires. **Annales**, Strasbourg, v. 45, n. 6, p. 1335-1350, 1990.

GREW, Raymond. The comparative weakness of comparative history. **Journal of Interdisciplinary History**, Cambridge, v. 16, n. 1, p. 87-101, 1985.

HAUPT, Heinz-Gerhard. Comparative history: a contested method. **Historisk Tidskrift**, Stockholm, v. 127, n. 4, p. 697-716, 2007.

KAEUBLE, Hartmut. La recherche européenne em histoire sociale comparative. (XIXe-XXe siècle). *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, Anné, 1995, Vol. 106, número 1. p. 67-79.

KOCKA, Jürgen. Comparison and beyond. **History and Theory**, Middletown, v. 42, n. 1, p. 39-44, 2003.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MORAES, Alexandre dos Santos. Marcel Detienne e os caminhos do comparativismo. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 1-30, 2009.

MORLINO, Leonardo; SARTORI, Giovanni. **La comparación en las ciencias sociales.** Madrid: Alianza, 1994.

NADAU, Thierry; KOTT, Sandrine. Por une pratique de l'histoire sociale comparative. La France et l'Allemagne contemporaines. **Gèneses: Sciences Sociales et Histoire**, Paris, v. 17, n. 1, p. 103-111, 1994.

OAKESHOTT, Michael. **Sobre a história e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

PIRENNE, Henri. De la méthode comparative en histoire. In: CONGRÉS INTERNATIONAL DES SCIENCES HISTORIQUES, 5., 1923, Bruxelles. **Compte Rendu...** Bruxelles: Weissenbruch, 1923. p. 19-28.

Em que pensam os historiadores ao fazer história comparada?

Gabriela de Lima Grecco, Cássio Alan Abreu Albernaz

PRZEWORSKI, Adam; TEUNE, Henry. **Logic of comparative social inquiry**. New York: John Wiley and Sons, 1970.

RAGIN, Charles. Making comparative analysis count. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 01-19 2007.

SALVATI, Mariuccia. Histoire contemporaine et analyse comparative en Italie. **Gèneses: Sciences Sociales et Histoire**, Paris, v. 22, n. 1, p. 146-159, 1996.

SARTORI, Giovanni. Bien comparer, mal comparer. **Revue Internationale de Politique Comparée**, Louvain-la-Neuve, v. 1, n. 1, p. 19-36, 1994.

SLATTA, Richard. The whys and wherefores of comparative frontier history. **Journal of the West**, Santa Barbara, v. 42, n. 1, p. 8-13, 2003.

VEYNE, Paul. **Inventário das diferenças**. Brasília, DF: Ed. UnB, 1983.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Brasília, DF: Ed. UnB, 1998.

VIGOUR, Cécile. **La comparaison dans les sciences sociales**: pratiques et méthodes. Paris: La Découverte, 2005.

Recebido em 02/03/2019

Aprovado em 20/08/2019

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Programa de Pós-Graduação em História - PPGH

Revista Tempo e Argumento

Volume 11 - Número 28 - Ano 2019

tempoeargumento@gmail.com